

Consciência da Constituinte

ANC 88
Pasta Jun/85
167/1985

Nos momentos de encruzilhada histórica que atravessam os povos e os Estados, quando determinadas opções políticas do corpo social logram traçar, com maior nitidez, os caminhos que conduzirão ao destino de cada qual, costumam vir à tona, aflorar, suas maiores contradições. Exemplos desses momentos são os de fazer a guerra ou decidir a paz, demolir instituições ou construí-las, chegar às situações-limite da transformação ou da preservação. As maiores contradições afloram porque o que era crônico se torna agudo, nos exames de consciência que, nesses momentos, as sociedades fazem de si mesmas.

Sem dúvida alguma, a nação brasileira vive hoje um desses momentos de encruzilhada histórica, a partir do qual deverá desenhá-lo seu próprio perfil, traçar seus rumos e conduzir-se soberanamente — vale dizer, liberta de quaisquer tutelas — na direção de seus objetivos maiores, de seu destino. Eis, numa palavra, o verdadeiro sentido da Assembleia Nacional Constituinte, cujo esboço de instrumento de convocação o presidente da República acaba de encaminhar ao Congresso Nacional.

Mas estará tendo a Nação, no presente momento, a consciência precisa do que seja a Assembleia Nacional Constituinte, em toda a sua magnitude? Estará ela consciente do grau de transformações possíveis que a Constituinte poderá estabelecer, em absolutamente todos os níveis, campos, setores da organização social, com reflexo direto em todo o ordenamento jurídico do País?

Saberá ela que, por meio da Constituinte, o País inteiro poderá ser pensado de novo, em termos políticos, econômicos, sociais, jurídicos, culturais, de organização administrativa, de Poderes de Estado? Acreditará ela que a Constituinte terá poderes até para criar outra Bandeira e outro Hino Nacional?

Eis a grande contradição: algo tão fundamental, que lhe diz profundamente respeito, e a Nação parece ainda não saber disso. Demonstram-no os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, segundo os quais 77% do povo brasileiro desconhece o significado de uma Constituinte — sendo que, dentro desse percentual, 55% nem sequer ouviu falar do assunto, enquanto os 22% restantes, embora tendo “ouvido falar”, não sabem do que se trata.

Como não poderia ser diferente, é claro que nas camadas populacionais de maior grau de instrução e maior poder aquisitivo há um nível de conhecimento maior da questão. Mesmo assim, 23% da chamada classe A “só ouviu falar de Constituinte”, e 17% não tem idéia do que seja. Já nas classes D e E, 72% dos cidadãos ignoram por completo o assunto.

Poder-se-ia alegar que, considerando-se o fato de sermos um país de população predominantemente jovem; considerando-se que a última Constituinte que tivemos foi há 39 anos — convocada há 40 —, e que

quem fosse eleitor com a idade mínima na época teria hoje 58 anos de idade; e considerando-se ainda o fato de não termos tido muitas experiências próximas, em nosso continente, de Assembleias Constituintes — como as que tiveram algumas nações européias no pós-guerra —, não seria de causar maiores estranhezas este comprovado desconhecimento nacional dessa instituição legislativa básica que gerará todas as outras nossas instituições. Isso não elide, no entanto, a contradição do momento que apontamos: a importância desse evento político histórico para o Brasil não está correspondendo a consciência da Nação, a respeito.

Como já havíamos dito em editorial anterior sobre o tema, neste momento em que o País se vê face a face com suas responsabilidades, pesado é o encargo dos constituintes, proporcional aos grandes poderes — à soberania plena — que deterão; mas encargo igual é o nosso, pois nós é que os elegeremos. Para que acertem é preciso que acertemos antes, ao escolhê-los. Agora, responsabilidade maior cabe a todos nós, políticos, profissionais da imprensa e quem quer mais que influa para a informação e para a formação da opinião pública, no sentido de ajudar o eleitorado e a população inteira do Brasil a tomar consciência real da importância de nossa Assembleia Nacional Constituinte — e da nova Carta Magna, a fim de que ela venha a corresponder plenamente ao que o Brasil é e ao que o Brasil pretende ser.